

Diário Económico	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Economia/Negócios	Dimensão:	991 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	21862	Página (s):	1/30/31

22-01-2007



Diário Económico	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Economia/Negócios	Dimensão:	991 cm ²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	21862	Página (s):	1/30/31

22-01-2007

ENTREVISTA LUÍS AMADO Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

“Presidência não deve distrair-nos”

A GESTÃO INTERNA NÃO PODE FICAR PARA TRÁS, avisa Amado. O país vive “em tensão provocada pelo Governo”. E assim continuará.

{ Rita Tavares e
Francisco Teixeira
rtavares@economicasgps.com

Com a presidência portuguesa da União Europeia já em pano de fundo, Luís Amado garante estar em condições de assumir o desafio. Após uma pequena cirurgia, a agenda do ministro dos Negócios Estrangeiros não abrandou, mantendo-se exaustivamente preenchida. Amado assegura que, ao contrário de 2000, o país não ficará em segundo plano enquanto o Governo se ocupar da Europa.

2007 é o ano mais decisivo da legislatura?

É um ano importante tendo em consideração os objectivos do Governo, a estabilização macro-económica e a reforma do Estado. É também um ano decisivo na minha área em particular com os

objectivos da presidência da União Europeia.

É o desafio da sua vida?

Não pessoalizo essa relação com o cargo. Estou aqui como podia não estar, farei o melhor que puder e souber. **Mantém a máxima de que está pronto para sair em quatro horas?**

Sempre. Todos os meus colaboradores sabem que vêm trabalhar para quatro anos

mas que poderão ter que sair em quatro horas.

Em 2000 o Governo deixou o país em segundo plano durante a Presidência. Há uma estratégia para evitar o erro?

Temos uma consciência muito grande de que esse problema não se pode repetir. Temos que ter atenção aos problemas do país que têm que ser resolvidos ao mesmo tempo. Os dois mais graves são o Estado e a Economia. Estamos a trabalhar nas duas frentes: não apenas no ajustamento orçamental necessário, mas com uma acção política muito dinâmica em relação à reanimação da economia.

É compatível com a atenção que a presidência exige?

É, obviamente. Não podemos pensar que o exercício da presidência signifique adiar as soluções dos problemas do país e deixar para 2008 o que tem que ser resolvido em 2007. Exige uma grande concentração de todos os membros do Governo na agenda interna.

O facto de o programa ser tripartido ajuda?

Sim, mas aqueles seis meses são da nossa responsabilidade e isso não deve distrair-

nos da agenda interna.

Houve indicações para a gestão do Governo durante a presidência da UE?

Em todos os ministérios essa preocupação tem que existir. Não estamos numa situação de desconstracção como já estivemos noutras ocasiões. O país está em tensão. Uma tensão deliberadamente provocada pelo Governo,

porque o país tem que mudar, ajustando-se às exigentes condições de competitividade no quadro na UE e no quadro global. Essa situação de tensão deve manter-se independentemente de mobilizarmos uma parte significativa dos nossos recursos técnicos para a presidência. **O Governo aprendeu com o mau exemplo de 2000?**

Não houve um mau exemplo. Houve uma excelente presidência. A circunstância de ter ocorrido logo no primeiro semestre e de ter, por isso, uma agenda muito tensa e mobilizadora, não deixou de ter algum efeito na gestão corrente dos assuntos internos. O Governo tem essa experiência no activo e tem, por isso, a noção clara de que tem que haver aqui

equilíbrio.

Que marco quer deixar no final da presidência?

Primeiro, mostrar que o país é capaz de fazer bem o trabalho em nome da Europa.

Em 2000 ficou como marco a Agenda de Lisboa. E agora?

Não quero antecipar os temas da agenda do próximo semestre. Pela primeira vez temos um programa que envolve a cooperação activa entre os governos alemão, português e esloveno. Revelou-se uma boa experiência porque compatibiliza percepções, objectivos e prioridades de países diferentes.

Não existe o risco de ser a Alemanha a definir objectivos e Portugal e a Eslovénia serem meros executantes?

Os alemães não decidem. Decidem connosco, com os 27 Estados-membros. Há naturalmente o trabalho que a presidência alemã vai desenvolver sobre a questão política de fundo do Tratado Constitucional, comprometendo-se a apresentar um relatório na cimeira de Junho que será acompanhado por nós no âmbito do trio da presidência. A Alemanha, e nisso vejo uma vantagem, como grande potência europeia e

Diário Económico	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Economia/Negócios	Dimensão:	991 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	21862	Página (s):	1/30/31

22-01-2007

“O país está em tensão. Uma tensão deliberadamente provocada pelo Governo, porque temos que mudar”.

Se impasse Constitucional durar até 2009 “teremos um problema grave”.

um dos actores principais do projecto europeu, não deixará de imprimir um impulso que é necessário dar ao projecto europeu nesta fase.

Se na presidência tripartida o impasse constitucional não for ultrapassado será, como diz Merkel, “um fiasco”?

O compromisso formal que existe é o que decorre das deliberações do Conselho Europeu de Junho de 2006, que remetem o trabalho preparatório para as três presidências em condições de a presidência francesa poder concluí-lo. Se o calendário não for cumprido e chegarmos às eleições de 2009 num impasse político é óbvio que teremos um problema grave pelo qual todos os Estados serão responsabilizados.

Com consequências imprevisíveis...

Não gostaria de dramatizar excessivamente as crises europeias. Ciclicamente en-

contramos crises muito agudas e difíceis que a Europa ultrapassou. É uma das características do projecto europeu: evoluir sempre através de pequenas ou grandes

crises. Não dramatizaria excessivamente, mas reconheço que há hoje uma condicionante externa muito forte que impõe à UE uma responsabilidade e uma exigência da acção internacional que dificilmente poderá assumir no quadro em vigor.

Até onde podem ir as alterações a um Tratado já ratificado por 18 Estados-membros?

A circunstância de existirem dois Estados [França e Holanda] com referendos negativos e, ao mesmo tempo, um conjunto significativo de Estados que já ratificaram o Tratado, impõe-nos que nem tudo pode ficar na mesma, mas também nem tudo pode ser alterado. Temos que encontrar um novo equilíbrio a partir do consenso comple-

xo e difícil que foi possível gerir a 25 na preparação do projecto de Tratado. O que está em causa é também a questão institucional e a distribuição do poder entre os Estados. Esse equilíbrio é difícil de gerir a 15, mais difícil a 25, mais difícil a 27 e a referência não pode deixar de ser o consenso que se gerou há dois anos atrás. ■

“Durão Barroso ajuda”

O facto de o presidente da Comissão Europeia ser português beneficia Portugal?

Do meu ponto de vista ajuda. Durante a presidência e antes dela há uma grande visibilidade e referência do país no plano internacional. Ter um presidente da CE português não deixa de ter um contributo positivo nessa visibilidade e nessa promoção do país.

Que avaliação faz do desempenho de Durão Barroso?

Não me compete a mim fazer uma avaliação, mas creio que, no essencial, tem correspondido às expectativas que a sua presidência nos colocava.

É possível vir a apoiar uma recandidatura de Barroso?

Não faz sentido falar disso agora. Temos tido uma relação de cooperação estreita. É importante para o país que o presidente da Comissão seja um português. Sobre cenários, não vale a pena fazer considerações.

Diário Económico	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Economia/Negócios	Dimensão:	991 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	21862	Página (s):	1/30/31

22-01-2007

PERFIL

LUÍS AMADO



■ É o ministro do ano, já que a partir de Julho terá nas mãos as rédeas da Presidência da UE. Luís Filipe Marques

Amado tem nove anos de experiência governativa. Já conhecia o Palácio das Necessidades, onde foi secretário de Estado da

Cooperação (entre 97 e 2002). Voltou como ministro, e de Estado, em Julho passado, depois da saída de Freitas do Amaral. Antes

disso uma curta passagem pela Defesa. Ao MNE chega na hora da Presidência a tempo de deixar o seu cunho.



Diário Económico	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Economia/Negócios	Dimensão:	991 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	21862	Página (s):	1/30/31

22-01-2007



Paulo Fontenado

Diário Económico	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Economia/Negócios	Dimensão:	991 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	21862	Página (s):	1/30/31

22-01-2007

Pena de morte é questão sensível na relação com EUA

É mais pró-atlantista que o seu antecessor?

Não tenho essa perspectiva, mas é legítima. Quer Freitas do Amaral quer eu assumimos a responsabilidade de cumprir um programa com uma orientação bem definida nessa matéria e que não se afasta de uma tradição que o PS sempre teve em 30 anos de vida democrática.

Em 2003 ouvimo-lo criticar a falta de apoio do PS ao Governo de Barroso na questão da guerra do Iraque...

Disse apenas que compreendia a decisão do Governo. É importante que não tenhamos a veleidade de romper o consenso na área da política externa que tem dado credibilidade ao país durante 30 anos. Esse consenso foi sempre mantido numa estreita concertação de objectivos estratégicos entre PS, PSD e PP. Veja o que outros países sofrem quando têm dilacerantes divisões internas sobre os objectivos de política externa.

Fala do exemplo espanhol...

Não individualizo. Há muitos exemplos em que a inexistência de um forte consenso interno sobre objectivos de política externa têm reflexos na condução dos interesses do país.

O seu Governo condena a pena de morte. Temos algo a dizer aos EUA nesta matéria?

A Europa tem uma palavra a dizer aos EUA sobre essa matéria. Não deixo de reconhecer que uma das questões mais delicadas para gerir na relação transatlântica é a de reencontrar um ponto de equilíbrio sobre estas matérias.



"Cavaco Silva tem cooperado sempre com o Governo"

Sentiu como um aviso as palavras de Cavaco Silva, no discurso de Ano Novo, sobre a Presidência da UE?

Não, são uma evidência. Qualquer pessoa percebe que é um momento de responsabilidade particular para afirmar o país na cena internacional. Todos reconhecemos isso, o

Diário Económico	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Economia/Negócios	Dimensão:	991 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	21862	Página (s):	1/30/31

22-01-2007

país tem outra visibilidade.

Há total convergência com Belém em política externa?

Em relação às questões de Estado o Presidente da República tem que estar a par das orientações do Governo. Até é fácil gerar uma boa relação sobre estas matérias quando temos um entendimento de que a política externa deve ser assente no mais amplo consenso político e social. **Na campanha das presidenciais dizia ser importante que o Presidente não fragilizasse a estabilidade governativa. Com Cavaco Silva essa fragilidade foi colocada em causa?**

O que disse aplica-se independentemente do protagonista.

A frase era: “Não podemos fragilizar a solução governativa porque o principal problema de Portugal continua a ser a estabilidade política”...

Creio que o Presidente da República tem cooperado sempre com o Governo. Vale para qualquer protagonista. Todos têm noção que o país, na situação em que está, exige uma unidade governativa e uma cooperação institucional que permita sustentar as opções que legitimamente o Governo tem assumido.



Consulados “sem dramatismo” “Há terrorismo mediático”

Já decidiu sobre o encerramento dos consulados?

Não. Foi apresentado um estudo com critérios técnicos que está em debate público. Os diplomatas têm recebido reacções de forças vivas de sociedades de países em que esses consulados estão inseridos e o processo de decisão far-se-á após essas consultas.

Como vê as manifestações contra esse estudo?

Sem grande inquietação. É perfeitamente legítimo.

Os protestos condicionam a decisão final?

O que pesará são critérios políticos que terei em consideração, uma vez que o estudo não os tem. As decisões políticas têm que ser acompanhadas de uma reflexão política adequada. No princípio do próximo mês a decisão será tomada sem nenhum dramatismo. Estão em curso outras medidas como a criação de um consulado virtual que vai permitir que alguns actos que consomem tempo aos consulados sejam feitos por outro tipo de instrumento. Naturalmente terei em consideração apreciações políticas relevantes que o debate suscitou.

Suscitou até uma carta de Sarkozy...

Não só. Há cartas de representantes políticos de França, EUA e Brasil. É um processo de reforma que tem que ser feito, para ajustar melhor a rede consular às necessidades.

O que os portugueses podem reter da polémica dos voos da CIA? Foi escondida alguma informação?

Sobre esta matéria tem havido algum terrorismo mediático. Sempre mostrei total disponibilidade para colaborar com o Parlamento Europeu. Dentro de um dever de colaboração política, mas não de uma exigência de um direito porque se trata de uma comissão temporária. Poucos Estados colaboraram na proporção em que o fizemos.

Portugal permitiu ou não a passagem de voos ilegais?

Enquanto MNE não autorizei nem tive conhecimento de nenhum voo ilegal e o meu antecessor fez à mesma declaração à Assembleia da República. Este Governo não tem nenhuma responsabilidade na autorização ou conhecimento de qualquer voo ilegal. E relativamente a governos anteriores não encontro indício nenhum de que isso tenha sucedido. A minha responsabilidade é também zelar pelo bom-nome do Estado português nesta matéria.

Ele está a ser posto em causa?

Não faço nenhum comentário desse tipo. O Estado português não pode ser julgado por aquilo que não fez. Nos armários do Ministério não encontrei nenhuma prova de que tenha havido autorização para um voo ilegal, independentemente de ser deste Governo ou do anterior.